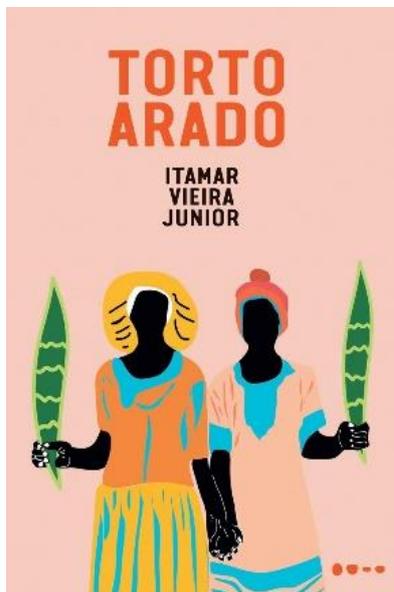




JUNIOR, Itamar Vieira. Torto Arado. 1ª. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2019.



Anderson Luiz Rodrigues de Oliveira

Acadêmico do PETGeografia da UFGD

Graduando do Curso de Geografia - Licenciatura

andersonluizparanorte2012@gmail.com

“Essa terra que cresce mato, que cresce a caatinga, o buriti, o dendê, não é nada sem trabalho. Não vale nada. Pode valer até para essa gente que não trabalha. Que não abre uma cova, que não sabe semear e colher. Mas para gente como a gente a terra só tem valor se tem trabalho. Sem ele a terra é nada.”

A obra “Torto Arado” é um romance escrito por Itamar Vieira Junior, um geógrafo e Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além da carreira acadêmica, o autor possui uma trajetória no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual atua no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas.

O livro teve sua primeira edição publicada em Portugal pela Editora *LeYa*, no ano de 2018, tendo recebido o Prêmio LeYa no mesmo ano. Em 2019, foi publicado no Brasil pela Editora Todavia, sendo premiado em 2020 pelo Oceanos e Jabuti de Melhor Romance Literário.

Em 1850, o Estado abolia o tráfico de escravos para no mesmo ano, não por coincidência, decretar a Lei de terras. A Lei de Terras definia que novas terras só poderiam ser adquiridas através da compra, substituindo o regime de concessão de Sesmarias e garantindo que o poder sobre a terra permanecesse sob o mando da mesma elite agrária dos tempos de colônia. Deste modo, a terra ficou inacessível à grande maioria da população, principalmente para os escravos libertos, aos quais restou entrar no mesmo regime de



servidão, no sistema de agregados e moradores das fazendas, sob o mando dos mesmos senhores de antes, passando pelo chamado coronelismo (Primeira República) e posteriores reestruturações do espaço que se estruturava para dar início à economia capitalista, mas mantendo suas bases sociais praticamente inalteradas. Nas palavras de Ruy Moreira, “mudando para manter exatamente igual”. É esse o espaço sobre o qual “Torto Arado” se desenvolve.

O romance está dividido em três partes, sendo: “Fio de Corte”, “Torto Arado” e “Rio de Sangue”. A história acompanha uma comunidade de descendentes de escravizados que continuam sendo explorados em uma fazenda, praticamente como acontecia com seus antepassados. A narrativa acontece principalmente a partir do olhar das irmãs Belonísia e Bibiana, que passam a enxergar e compreender o sistema de exploração em que estão inseridas, recuperando sua ancestralidade à medida em que crescem.

O primeiro capítulo intitulado “Fio de Corte” é narrado por Bibiana. Neste capítulo, temos um contato com as paisagens da fazenda “Água Negra” através de um olhar inicialmente inocente da personagem. Trata-se de uma comunidade que trabalha na fazenda “Água Negra”, no sertão da Bahia, lutando para sobreviver em meio às secas e exploração por parte dos donos, uma vez que trabalham apenas para “morar”. Não recebem salário nem podem construir uma casa que não seja de barro, para não demonstrar permanência nas terras, caracterizando o regime de “agregados” e de servidão. Aqui, temos a narrativa de uma criança/adolescente que vive as condições de miserabilidade, os conflitos do campo e as manifestações religiosas das rodas de Jarê (Religião de matriz africana). Seu olhar inocente vai se transformando à medida em que entra em contato com seu primo, Severo, com o qual sai da fazenda em busca de uma vida melhor.

Durante os anos em que Bibiana passa fora da fazenda se inicia a narrativa de Belonísia, no segundo capítulo, intitulado “Torto Arado”. Neste, somos apresentados a um contexto de machismo e violência doméstica presentes na comunidade, através do olhar de uma Belonísia adulta e que imbuída da mesma valentia das mulheres de sua família, não tolera as situações de opressão vividas pelas mulheres da comunidade. Além disso, entramos em contato com o passado de seu pai, Zéca Chapéu Grande e sua avó, Donana, que viveram e foram marcados pela escravidão. Ao refletir sobre seus antepassados,



Belonísia compreende como as mulheres eram “preparadas desde cedo para gerar novos trabalhadores para os senhores, fosse para as nossas terras de morada ou qualquer outro lugar onde precisassem”.

Com o retorno de Bibiana e Severo à fazenda, ainda no segundo capítulo, os conflitos com o dono da fazenda se intensificam. No tempo em que estiveram fora, Severo teve experiências com sindicatos e Bibiana se formou como professora. Trazendo novas leituras à comunidade de “Água Negra”, fica cada vez mais claro para os trabalhadores o quanto estes estão presos em um ciclo de exploração, no qual as pessoas morrem trabalhando e outras nascem para dar continuidade ao mesmo sistema. À medida em que o tempo passa, o contato com outras comunidades e experiências de conflitos internos fazem com que as pessoas comecem a adquirir uma consciência política e se enxergar como uma comunidade quilombola, acirrando ainda mais os conflitos com os exploradores, os “donos da terra”.

Os conflitos evidenciam uma comunidade que tem seu território constantemente ameaçado e, portanto, é também ameaçada uma vez que o território é uma parte constituinte fundamental para sua existência. Para os moradores de “Água Negra”, perder sua terra seria deixar de existir. A relação de ancestralidade com o território é muito bem expressa através da relação entre a comunidade e o cemitério no qual há muito enterram seus familiares. No capítulo final da obra, Salomão, o dono da fazenda, tenta bloquear o acesso ao cemitério na tentativa de desvincular a comunidade de seu território ancestral.

Se nos dois primeiros capítulos temos uma narrativa mais marcada pelo realismo, em “Rio de Sangue” a narrativa é tomada por um caráter fantástico/ místico. O terceiro e último capítulo é narrado pela encantada Santa Rita Pescadeira, que passa a contar toda a trajetória de sofrimento de seu povo até o presente da obra, em Água Negra, quando a encantada “toma” o corpo de Belonísia já no final da narrativa. Nesse final, é como se a encantada representasse toda a carga da ancestralidade que culmina em Belonísia, para colocar fim à exploração causada pelo dono da fazenda, quase como um chamado à revolução.



O autor consegue dar uma voz muito realista às personagens, o que vem de seu longo período de pesquisas e vivências com os trabalhadores do campo. Logo ao iniciar a leitura, fui rapidamente envolvido pela trama que apresenta um Brasil desigual que perdura até hoje. Um livro carregado de ancestralidade e resistência; de luta pelo direito à terra, moradia e emancipação dos trabalhadores.

Vale ressaltar o momento político em que o livro foi publicado, momento no qual ocorreram diversos ataques às comunidades quilombolas e indígenas, o que acaba reforçando a importância e potência da obra. Nesse sentido, olhar para o romance nos permite pensar não só as representações espaciais da própria linguagem, mas também de seus significados no momento em que foi produzido.

Se a linguagem nos permite acessar diferentes contextos no espaço-tempo, a Geografia nos permite lê-los – é assim que *Torto Arado* torna-se uma obra geográfica. É nas tensões e relações territoriais, nas relações das personagens com a terra e significados atribuídos à mesma; nas descrições das paisagens e nas dinâmicas sociais que a Geografia se faz presente. São essas relações geográficas que construímos através do romance, o que nos permite traçar paralelos com a realidade e imaginar outros mundos possíveis. É nesse exercício de imaginar, que construímos através do olhar para obras romanescas como “*Torto Arado*”, novas Geografias.

Encerro com um convite à leitura de uma obra que já considero muito importante para a minha formação. Uma ótima leitura, especialmente para tempos de políticas e discursos retrógrados.

Recebido em fevereiro de 2021.

Revisado em março de 2021.

Aceito para publicação em abril de 2021.